

Alfabetizar é escolarizar

*Alceu R. Ferraro**

Resumo. Este texto apresenta alguns resultados de duas pesquisas sobre alfabetização e escolarização no Rio Grande do Sul e no Brasil, desenvolvidas nos últimos anos, com apoio do CNPq. Foram desenvolvidas análises comparativas com base em dois diferentes critérios estabelecidos a partir das estatísticas censitárias. Essas análises revelaram níveis extremamente desiguais de alfabetização entre estados e municípios, o que se evidencia logo no início do processo de escolarização. Habitualmente, fala-se de analfabetismo apenas com relação a pessoas de 15 anos e mais (UNESCO), ou 10 anos e mais. Considerando que em alguns municípios a meta de 100% de alfabetização é atingida já no grupo de 8 anos de idade, o estudo conclui que o analfabetismo deva ser tomado em conta bem mais cedo – certamente a partir dos 8 anos. Isto significa que as políticas educacionais precisam levar em conta este fato. Propõe-se também um modelo de diagnóstico da alfabetização, cuja aplicação plena exigiria mudança na forma de apresentação dos dados censitários sobre anos de estudo da população.

Palavras-chave: alfabetização, escolarização, universalização, exclusão

Apresento neste trabalho, de forma sintética, alguns resultados das pesquisas que desenvolvi, nos últimos anos, com apoio do CNPq, sobre alfabetização e escolarização no Rio Grande do Sul e no Brasil (Ferraro, abril 1997, 1998 e abril de 1999).

INTRODUÇÃO

Em 1991, três anos após a promulgação da Constituição de 1988 e um ano após a declaração de guerra de Fernando Collor contra o analfabetismo,

* Alceu F. Ferrero é professor titular da Universidade Católica de Pelotas, professor titular aposentado da UFRGS. Pesquisador do CNPq. Por determinação judicial o sobrenome Ferrari foi retificado por Ferraro.

ao mesmo tempo em que se confirmava mais um passo no processo secular de queda da taxa de analfabetismo no Brasil, o novo censo acusava mais uma vez um significativo aumento do número absoluto de jovens e adultos analfabetos, em relação ao censo anterior. Com efeito, o número de analfabetos entre as pessoas de 15 anos e mais, que viera elevando-se sucessivamente de 11,4 milhões em 1920, para 13,3 milhões em 1940, 15,3 milhões em 1950, 16,0 milhões em 1960, 18,1 milhões em 1970 e 18,7 milhões em 1980, voltou a aumentar na última década, superando a casa de 19,2 milhões de analfabetos de 15 anos ou mais em 1991 (Brasil, 1920; IBGE, 1940/50/60/60/70/80/91). Note-se que o levantamento censitário quase coincidia no tempo com as afirmações do então Ministro da Educação, de que o analfabetismo de adultos já não era prioridade do MEC (O Estado de São Paulo, *apud* Beisiegel, 1997, p. 29). Para o Ministro Goldemberg, alfabetizar o adulto não iria mudar a sua posição dentro da sociedade e poderia “até perturbar”. Propôs, por isso, concentrar recursos na alfabetização da população jovem, imaginando que, fazendo isso, em dez anos o analfabetismo desapareceria (Jornal do Brasil, *Apud* Beisiegel, 1997, p. 30).

Nos últimos anos tenho concentrado a atenção no diagnóstico da alfabetização e escolarização de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos. Em assunto de analfabetismo, firmou-se, na esteira da UNESCO, a prática de considerar apenas o existente entre a população de 15 anos ou mais, definido como analfabetismo adulto. Na realidade, analfabetismo de jovens e adultos. Para justificar tal prática, costuma-se invocar dois argumentos: primeiro, o fato de assim se considerar somente a população definida como “adulta”, ou seja, como alvo da educação de adultos nas mais variadas formas; segundo, a necessidade de um índice que seja internacionalmente comparável. No entanto, é preciso reconhecer que a própria UNESCO, em estudo do início da década de 1950, fazia, nas poucas páginas dedicadas ao Brasil, uma observação de sumo interesse sobre o analfabetismo infantil com base nos censos brasileiros de 1920 e 1940:

É preocupante constatar que, no Brasil, a proporção de analfabetos entre as crianças em idade escolar (de 7 a 14 anos) é mais elevada do que entre os habitantes de mais de 15 anos, se bem que a taxa de diminuição do analfabetismo seja um pouco mais elevada no primeiro do que no segundo grupo (UNESCO, 1953, p. 42).

Estranhamente, em estudo sobre o analfabetismo na Argentina, Campobassi (s.d., p. 14) leva em conta apenas a população de 14 anos ou mais, invocando o estranho argumento de que “só se considerará iletrada aquela pessoa que tenha chegado à idade de 14 anos não sabendo nem ler nem escrever,

pois até a referida idade a lei permite cumprir a obrigatoriedade escolar”. No entanto, nos países latino-americanos, inclusive na Argentina, predomina a opção de se considerar, nos estudos sobre analfabetismo, toda a população a partir dos 10 anos de idade. Sempre que os dados o permitiam, também considere 10 anos como limite inferior de idade para o estudo do analfabetismo. Não fosse isto, a diferença, por exemplo, entre Brasil, Rio Grande do Sul e Argentina em termos de índices de analfabetismo apareceria como uma diferença apenas de nível (índices altos, intermediários e baixos, respectivamente), quando, na realidade, o que distingue as três situações e explica as históricas diferenças de nível, é o desigual comportamento dos índices de analfabetismo antes dos 15 anos de idade, resultante de desigual desempenho dos três sistemas de ensino fundamental, conforme se verá adiante. A utilização *exclusiva* de índices para a população de 15 anos ou mais ajuda a esconder a raiz do problema do analfabetismo. Nesse sentido é esclarecedora a manifestação de Rosa Maria Torres quando sustenta que a redução do problema do analfabetismo à população adulta (de 15 anos ou mais)

“explica a dificuldade real (que se tem) para assumir o analfabetismo como uma problemática enraizada na escolaridade infantil, vinculada às deficiências de acesso e qualidade da escola primária” (Torres, 1990, p. 513).

No artigo *Analfabetismo no Rio Grande do Sul: sua produção e distribuição* (Ferrari, 1991, p. 17-18), observei que se deveria priorizar em primeiro lugar o grupo de 10 a 14 anos e em seguida o grupo de 15 a 19 anos. Hoje não mais falaria em ordem de prioridade de objetivos, porque nos últimos anos essa maneira de falar vem sendo utilizada como argumento para justificar a desobrigação do Estado em relação à educação de jovens e adultos. Certamente o direito dos jovens e adultos à educação não é menor do que o direito das crianças e adolescentes, pela simples razão de que, num caso como no outro, tem-se simplesmente um direito. Em relação às crianças e adolescentes, trata-se da obrigação de o Estado cumprir sua obrigação de garantir acesso à alfabetização e ao ensino fundamental na idade própria. Em relação aos jovens e adultos, trata-se da obrigação de o Estado oferecer alfabetização e ensino fundamental a quantos tiveram esse direito negado na idade própria. No primeiro caso, a universalização estanca a fonte do analfabetismo. No segundo caso, representa o pagamento de uma dívida social para com jovens e adultos analfabetos ou que não concluíram o ensino fundamental, dívida esta que não prescreve.

O que disse acima esclarece e justifica a ênfase dada ao analfabetismo *infantil* nas pesquisas que venho desenvolvendo desde 1995. O que distingue

as minhas pesquisas mais recentes é a ênfase no analfabetismo infantil *antes dos 10 anos de idade*, por entender que isto contribui poderosamente para esclarecer o vínculo entre escola e alfabetização/analfabetismo. Isto já foi de alguma forma objeto de consideração em textos anteriores (Ferraro, 1995, 1996 e 1998) e na pesquisa recentemente concluída (Ferraro, 1999). No entanto, qualquer que seja o grupo etário que queiramos pesquisar ou colocar em destaque, teremos que analisá-lo sempre no contexto do analfabetismo de ponta a ponta: do infantil ao adulto, para não dizer ao senil.

Para todos os efeitos, venho tomando como ponto de partida em minhas análises as crianças de 5 anos de idade, como faz o IBGE nos censos e nas PNADs ao estudar a alfabetização e a escolarização. Tal procedimento se justifica, não porque se deva esperar que as crianças se alfabetizem antes dos 7 anos, mas porque de fato um número expressivo delas freqüentam escola de 1º grau ou se declaram alfabetizadas já aos 6 e até aos 5 anos de idade.

Insisto num ponto: se chamo a atenção para o analfabetismo infantil antes dos 10 anos de idade, não é porque concorde com a posição daqueles que, como o ex-ministro acima referido, a título de priorizarem o ensino fundamental de crianças e adolescentes, minimizam e até tentam desconstituir o direito de jovens e adultos ao ensino fundamental. Faço-o, sim, por entender que a solução do problema do analfabetismo está na escolarização universal, a qual passa necessariamente pela universalização pelo menos da educação fundamental das crianças e adolescentes. Mas, evidentemente, qualquer país ou região que tenha falhado na alfabetização de suas crianças, terá que desenvolver programas alternativos de alfabetização e escolarização para jovens e adultos. Trata-se de um direito. O que desejo enfatizar é que a solução radical (pela raiz!) e definitiva do problema do analfabetismo está na universalização da educação fundamental das crianças e adolescentes. Nesse sentido, o objetivo se define não como alfabetização e escolarização, mas sim como alfabetização através da escolarização universal. No fundo, trata-se de atentar para o óbvio, tão bem lembrado pelo polonês Józef Pólturzycki quando diz que “um dos meios mais simples de se garantir a alfabetização de toda a população é o de assegurar que todas as crianças e adolescentes em idade escolar passem pelo sistema educacional” e que, em seu país, “foram adotadas medidas cuidadosamente estudadas, tanto no plano do ensino como no da organização, para reduzir a formação de novas cortes de analfabetos e iletrados” (Pólturzycki, 1987, p. 287). A política polonesa de assegurar não só a escolarização primária universal, mas também a continuidade dos estudos além do primário, não impediu a Polônia de ter simultaneamente um sistema de educação de adultos “fortemente desenvolvido” (Pólturzycki, 1987, pp. 292-294).

TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO ENTRE AS CRIANÇAS DE 10 ANOS

Antes de focalizar a alfabetização abaixo dos 10 anos de idade, vejamos o que se passa com as crianças de 10 anos, as quais, num processo de escolarização sem tropeços, deveriam ter concluído a 3ª série. A alfabetização segundo o critério censitário corresponde muito de perto à conclusão da 1ª série. O gráfico 1 (ver no final do artigo) permite uma série de observações interessantes.

Em primeiro lugar, é assombrosa a desigualdade reinante entre as Unidades da Federação em termos de taxas de alfabetização entre as crianças de 10 anos de idade. O índice mais alto (SP - 95,4%) representa 2,3 vezes o índice mais baixo (AL - 42,3%). Os quatro índices mais altos, superiores a 93%, compreendendo São Paulo e os três estados da Região Sul, contrastam com os quatro índices mais baixos, todos inferiores a 50% e situados no Nordeste.

Em segundo lugar, o gráfico revela dois grandes grupos de unidades da Federação, separados um do outro por um imenso fosso: o primeiro, com taxas extremamente baixas de alfabetização, variando de 41,3 a 60,6%, é constituído por todo o Nordeste, seguido de três estados da Região Norte (PA, TO e AM); o segundo, com índices sempre superiores a 80%, variando de 82,6% a 95,4%, inclui o Estado de Rondônia, da Região Norte, seguido, em ordem crescente, pelos estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Em terceiro lugar, a taxa nacional, da ordem de 76,1%, seguida de perto pelas taxas de AP e RR, esconde o fosso de 22 pontos percentuais (de 60,6% para 82,6%) que separa os referidos dois grupos. Essa distância é maior do que a que se verifica entre as taxas mínima e máxima dentro de cada um desses dois grandes grupos.

Há outra dimensão a considerar. O alfabeto e a alfabetização costumam ser definidos como fenômenos tipicamente urbanos. Considerando-se o Brasil como um todo, a desigualdade entre meio urbano e meio rural em termos de alfabetização é muito acentuada, como se pode ver no gráfico 2. Com efeito, a taxa de alfabetização entre as crianças de 10 anos de idade no Brasil urbano (85,4%) é 1,65 vezes mais elevado do que no Brasil rural (51,6%). Nos estados menos alfabetizados, dentre os que constam no gráfico 2 (ver no final do artigo), a diferença entre meio urbano e rural é ainda mais acentuada: a taxa urbana de alfabetização é 2,39 vezes mais elevada do que a taxa rural em Alagoas (55,9% contra 23,4%); 2,94 vezes no Estado do Amazonas (76,7% contra 26,1%) e 2,15 vezes na Bahia (70,7% contra 32,9%). No outro extremo, ao contrário, nos estados que já atingiram 95% de alfabetização entre as crianças de 10 anos de idade, a vantagem do meio urbano em relação ao rural ficou reduzida a apenas 1,06 vezes em São Paulo (95,8% contra 90,5%) e 1,02 vezes no Rio Grande do Sul (95,5% contra 93,8%). À parte o fato de diferen-

ças historicamente menores entre urbano e rural em situações como a do Rio Grande do Sul em razão da própria colonização, é preciso ter presente que a única forma de um país ou região se aproximar da taxa de 100% de alfabetização, é reduzindo drasticamente desigualdades históricas, como as que se verificam entre meio urbano e meio rural. No entanto, não devemos perder de vista que tal fato, ao mesmo tempo que representa inegável avanço em termos de universalização da alfabetização no seu sentido mais elementar, de ler e escrever um bilhete simples, pode também significar deslocamento das desigualdades para outros níveis de ensino.

ANALFABETISMO NO GRUPO DE 10 A 14 ANOS

As comparações entre países e regiões costumam restringir-se à simples identificação e medida das desigualdades de nível ou de patamar das taxas de analfabetismo. O exame atento do gráfico 3 (ver no final do artigo), que apresenta as taxas de analfabetismo do Brasil, Argentina, Rio Grande do Sul e Alagoas, por grupos de idade, para os anos de 1980 e 1990/91, faz uma revelação surpreendente.

Antes de qualquer outra coisa, saltam aos olhos, para todos os grupos de idade, as desigualdades de nível entre as taxas de analfabetismo, na seguinte ordem decrescente: AL 1980, AL 1991, BR 1980, BR 1991, RS 1980, RS 1991, coincidindo nos grupos de idade mais jovens com AR 1980, e finalmente AR 1990. Considerando-se apenas os grupos de idade mais jovens, pode-se dizer que o Rio Grande do Sul está uma década atrás da Argentina (RS 1991 = AR 1980) e algo como duas ou três décadas à frente do Brasil e imensamente mais distanciado em relação ao Estado de Alagoas. Mas, postas as coisas dessa maneira, tudo se reduziria a uma questão de tempo. O problema, porém, é mais complexo. Importa fixar a atenção no grupo de idade de 10 a 14 anos e confrontá-lo com os grupos de idade seguintes. Aparecem aí *dois modelos* nitidamente distintos. De um lado, aparecem Brasil e Alagoas, tanto em 1980 como em 1991, com níveis de analfabetismo bem mais elevados no grupo de 10 a 14 anos, do que nos grupos de 15 a 19 até 30 a 34 anos, o que é indicador da incapacidade do sistema educacional de realizar até mesmo o objetivo de alfabetização segundo o critério mais elementar, de “ler e escrever um bilhete simples”. São crianças e adolescentes que ano a ano vão alimentar as fileiras da população-alvo da alfabetização de jovens e adultos. Do outro lado, temos a Argentina 1980 e 1990 e Rio Grande do Sul 1991, que apresentam no grupo de idade de 10 a 14 anos índices de analfabetismo tão baixos como os verificados nos grupos seguintes de idade, o que é indicador de maior eficiência dos respectivos sistemas de ensino.

Mas, porque insistir em tais análises, se o critério censitário “ler e escrever um bilhete simples” representa *apenas a porta de entrada* para o mundo da alfabetização? Primeiro, porque esse critério sinaliza a *única porta de entrada* no mundo da alfabetização. Segundo, porque, se é verdade que a alfabetização assim definida não vai além da realização do *mínimo dos mínimos*, também não é menos verdade que ela já significa a libertação do *estigma* do analfabetismo. Em termos de política de alfabetização, diria que, junto com o esforço para recuperar o tempo perdido, é necessário um empenho todo particular para universalizar esse mínimo dos mínimos já no início do processo da educação fundamental. É o que se aprofundará a seguir.

ALFABETIZAÇÃO ANTES DOS 10 ANOS

Acabei de chamar a atenção para o problema do analfabetismo no grupo de idade que vai de 10 a 14 anos. O UNICEF e o IBGE, no estudo recente *Crianças e adolescentes: indicadores sociais* (1994), já haviam focalizado esse mesmo grupo de idade, ao divulgar as taxas de analfabetismo entre a população de 11 a 14 anos para cada um dos municípios do brasileiros. A ordenação dos índices assim calculados permitiu identificar, dentro do Rio Grande do Sul, cinco municípios com índice zero de analfabetismo entre as pessoas de 11 a 14 anos (Guabiju, Montauri, Poço das Antas, Victor Graeff e Vila Flores), figurando no extremo oposto o Município de Amaral Ferrador, com 11,8% (Ferraro, 1995a, Anexo, pp. 29-34). Aqui considero as crianças e adolescentes de 5 a 14 anos, mas focalizando as crianças de 8 anos, tomando Brasil, Rio Grande do Sul e Alagoas como referências para efeito de comparação. Dos cinco municípios de analfabetismo zero entre as pessoas de 11 a 14 anos acima referidos, mantive aqueles que revelam 100% de alfabetização já aos 8 anos (Montauri e Poço das Antas) ou aos 9 anos (Vila Flores), além de Amaral Ferrador no extremo oposto. Como situação intermediária, incluí o município de Pelotas que acompanha os índices do Estado. A tabela 1 e o gráfico 4 (ver no final do artigo) permitem uma série de observações reveladoras.

a) Semelhantemente à desigualdade encontrada entre as situações extremas dentro do Brasil em termos de índices de alfabetização (RS *versus* AL), verifica-se no interior do Estado do Rio Grande do Sul, desde os 5 anos, mas particularmente desde os 6 até os 14 anos de idade, desigualdade acentuada entre as situações municipais extremas (Montauri, Poço das Antas, Vila Flores *versus* Amaral Ferrador), apenas em patamar mais elevado.

b) Os índices de alfabetização de Amaral Ferrador, os mais baixos do Estado, praticamente coincidem com os índices do Brasil como um todo, ao

passo que Pelotas reproduz com pequeníssimas variações os índices do Estado do Rio Grande do Sul.

c) Se considerarmos apenas os primeiros passos no processo de alfabetização (5 a 8 ou 5 a 10 anos), vamos nos deparar com o seguinte panorama: uma arrancada precoce e muito acelerada, que se traduz numa reta quase perpendicular, que parte de uma taxa de alfabetização de cerca de 10% aos 5 anos, atinge cerca de 90% aos 7 anos e fecha 100% aos 8 anos (Montauri e Poço das Antas) ou aos 9 anos (Vila Flores), contrastando com uma largada extremamente vagarosa no Estado de Alagoas, o qual, partindo de apenas 3% de alfabetização aos 5 anos, mal atinge os 25% aos 8 anos. Brasil e Amaral Ferrador de um lado, e Rio grande do Sul e Pelotas de outro, representam situações intermediárias, mas distintas, entre os dois extremos. Obviamente, se fossemos fazer um estudo comparativo dos municípios alagoanos, encontraríamos que os níveis de alfabetização do município menos alfabetizado ficaria bem abaixo dos índices médios do Estado de Alagoas constantes na tabela 1 e no gráfico 4.

d) O gráfico deixa claro que o que faz a diferença entre as situações examinadas é a *largada* no processo de alfabetização, desde que se entenda por tal não só a idade com que se inicia o processo, mas também a velocidade com que se realiza o objetivo da alfabetização segundo a definição censitária. Não se trata de advogar a alfabetização precoce. Mas não se pode ignorar o fato de que as taxas de alfabetização, elevadas pelos municípios de Montauri, Poço das Antas e Vila Flores para níveis superiores a 50% já entre as crianças de 6 anos de idade, contrastam de forma gritante com os índices intermediários, que variam de 16% a 25%, e particularmente com o índice extremo de apenas 8,6% em Alagoas, sempre entre as crianças de 6 anos de idade.

e) Pode-se dizer que aos 7 anos de idade as desigualdades já estão consolidadas. Isto pode ser aquilatado de duas maneiras complementares: pela amplitude entre os valores extremos, e pela distância entre os diferentes patamares em que se agrupam os índices de alfabetização entre as crianças de 7 anos. Primeiro, a amplitude entre o índice mínimo e o índice máximo de alfabetização aos 7 anos de idade varia de 16,5% em Alagoas a cerca de 90% (5,5 vezes mais) nos municípios de Montauri, Poço das Antas e Vila Flores. Segundo, mesmo incluindo-se os pontos intermediários, as diferenças permanecem acentuadas, com quatro patamares distintos: Alagoas, com 16,5%; Brasil e Amaral Ferrador, com cerca de 45%; Rio Grande do Sul e Pelotas com 65 a 67% e os referidos três municípios com cerca de 90% de alfabetizados já aos 7 anos. Isto aponta para a questão da exclusão na escola, questão tratada em outro lugar (Ferraro, 1999).

ANALFABETISMO DOS 8 AOS 80

No período de 1970 a 1980, o Brasil conheceu novo aumento no número absoluto de analfabetos em ambas as extremidades da escala de 8 a 80 e mais anos de idade. Em decorrência do aumento da população e do pequeno avanço da alfabetização nos grupos mais jovens nas décadas anteriores, o contingente de analfabetos cresceu, no período 1970/80, em todos os grupos de idade a partir dos 40 anos, situação esta que permaneceu inalterada no período 1980/91, como se pode ver na tabela 2. Na outra ponta, no período 1970/80 o número de analfabetos aumentou igualmente para todas as idade abaixo dos 15 anos. Somente no período 1980/91 o país conseguiu diminuir o número de analfabetos nos grupos de 8 a 14 anos de idade, o que representa certamente um avanço importante, inclusive uma mudança de tendência. No entanto, o reconhecimento desse avanço não pode levar a ignorar a gravidade dos números constantes na coluna referente ao ano de 1991. Eles acusam a existência, no Brasil, nesse mesmo ano, de 2,5 milhões de analfabetos no grupo de 8 a 9 anos e de outros 3 milhões de analfabetos no grupo de 10 a 14 anos e de quase 1,5 milhões no grupo de 15 a 19 anos, totalizando os grupos de 8 a 19 anos cerca de 8 milhões de analfabetos em 1991.

ANALFABETISMO SEGUNDO DOIS CRITÉRIOS

Finalmente chegamos ao ponto em que é possível tratar do analfabetismo de ponta a ponta, em termos de idade, e segundo dois critérios diferentes. Valho-me dos dados dos últimos dois censos demográficos (1980 e 1991). As PNNDs não pesquisam a população urbana da Região Norte, razão porque seus dados não são comparáveis aos dos censos. A Contagem 1996 não explorou o quesito em pauta.

Se o critério censitário “ler e escrever pelo menos um bilhete simples” representa apenas a realização do *mínimo dos mínimos* (nível MM), ou seja, apenas a entrada pela porta que dá acesso ao mundo da alfabetização, o critério “4 anos de estudo” (4ª série concluída com aprovação) nos daria o *mínimo operacional* (nível MO), conforme defini no projeto de pesquisa 1997/99 (Ferraro, 1999). Esse mínimo operacional refere-se ao nível de alfabetização com domínio mínimo da leitura, escrita, cálculo e ciências, que permite à pessoa valer-se no dia-a-dia de tais conhecimentos e técnicas e a partir do qual se tornaria improvável o retorno ao analfabetismo. Esse nível coincidiria com o antigo primário. Em estudo sobre o analfabetismo na Argentina, Llomovate (1989, p. 9) sugere que esse ponto estaria em 4 ou 5 anos de estudo. De minha parte, venho de longa data utilizando e sugerindo, para tal fim, o uso do critério 4 anos de estudo ou 4ª série concluída (Ferraro, 1985, 1987, 1991, ...).

Uma alternativa seria dar a esse nível a denominação de alfabetização funcional, como o fazem Carvalho, Kappel e Alves, em estudo publicado pelo IBGE (In: IBGE, 1995, 284). Poder-se-ia então falar em *mínimo funcional* (MF). No entanto, haveria que atentar para os problemas, principalmente de ordem ideológica, relacionados com o conceito de alfabetização funcional da UNESCO. Por ora direi que, enquanto o primeiro nível - MM (ler e escrever pelo menos um bilhete simples) significa livrar-se do estigma do analfabetismo, o nível operacional - MO (pelo menos 4 anos de estudo) atesta o desenvolvimento de condições mínimas de operação. Por isso, para evitar os problemas aludidos, relacionados com o conceito de alfabetização funcional, optei por chama-lo de mínimo operacional. Com ingresso na escola aos 7 anos, aos 11 anos esse segundo nível pode (deveria) ser dado como já alcançado.

Retornando à perspectiva do analfabetismo, os dois critérios passam a ser definidos como “incapacidade de ler e escrever um bilhete simples” e “menos de 4 anos de estudo”. A tabela 3 e o gráfico 5 (ver no final do artigo) nos permitem analisar o resultado da aplicação desses dois critérios de analfabetismo.

a) Se considerarmos a população de 10 anos ou mais no Brasil (tabela 3), veremos que o uso do critério “menos de 4 anos de estudo” (o critério do mínimo operacional) produz uma taxa de analfabetismo cerca de 2,2 vezes mais elevada do que a resultante da aplicação do critério “incapacidade de ler e escrever um bilhete simples” (critério do mínimo dos mínimos): respectivamente, 41,0% e 18,9% de analfabetos. Mesmo para a população de 15 anos ou mais, que teve pelo menos 5 anos de tempo (dos 7 aos 14 anos) para completar a 4ª série, essa relação ainda representa quase o dobro: 37,1% contra 19,4%.

b) Como se pode ver na tabela 3 e no gráfico 5, em todos os grupos de idade, desde os 10 a 14 anos até 80 e mais anos, as taxas de analfabetismo resultantes da aplicação do critério “menos de 4 anos de estudo” são sempre mais elevadas do que as produzidas pelo critério “incapacidade de ler e escrever um bilhete simples”. No entanto, essa diferença é mais acentuada nos grupos mais jovens, reduzindo-se progressivamente à medida que a idade aumenta. Com efeito, em contraposição ao uso do critério “incapacidade de ler e escrever um bilhete simples”, a aplicação do critério “menos de 4 anos de estudo” começa produzindo uma taxa de analfabetismo quatro vezes mais elevada no grupo de 10 a 14 (63,0 contra 16,1%), baixando a seguir essa relação para algo em torno de duas vezes nos grupos de 15 a 19 até 40 a 44 anos, até o mínimo de 1,3 vezes no grupo de 80 anos e mais. O que surpreende e assusta é o fato de, no grupo de 10 a 14 anos, o índice resultante da aplicação do critério “menos de 4 anos de estudo” ser quase quatro vezes maior do que

o produzido pelo critério censitário. É verdade que, segundo o padrão esperado (7 anos - 1ª série; 8 anos - 2ª série; 9 anos - 3ª série, ...), as crianças de 10 anos não teriam tido tempo para concluir a 4ª série de 1º. grau. Mesmo assim, uma taxa de 63% de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos que ainda não concluíram a 4ª série e que, por isso, contariam como analfabetos ou insuficientemente alfabetizados, é surpreendentemente alta e sugere cautela em relação a análises do problema do analfabetismo apoiadas apenas no critério “incapacidade de ler e escrever um bilhete simples”. Da mesma forma, taxas cerca de duas vezes mais elevadas nos grupos seguintes de idade (15-19 a 40-44 anos), produzidos pelo critério “menos de quatro anos de estudo”, aponta para duas dimensões complementares do problema da escolarização: de um lado, o peso da não-escolarização, seja pelo não-acesso à escola, seja pela interrupção prematura do processo de escolarização (exclusão da escola), e de outro, a lentidão do processo de escolarização, em decorrência de sucessivas reprovações e repetências (exclusão na escola).

c) Outra maneira de analisar o problema consiste em comparar, não as taxas de analfabetismo, mas os números absolutos de analfabetos resultantes da aplicação dos dois critérios. Como se pode ver na tabela 3, no Brasil, em 1991, entre as pessoas de 15 anos ou mais, das quais com sobeja razão se pode esperar pelo menos a conclusão da 4ª série de 1º grau, o número de analfabetos, que, segundo o critério “incapacidade de ler e escrever um bilhete simples” (critério do mínimo dos mínimos, somava 18,6 milhões, se utilizado o critério “menos de 4 anos de estudo”, esse número se elevava para nada menos do que 35,5 milhões – quase o dobro.

d) Este último aspecto ficará mais evidente se concentrarmos a atenção nos grupos de idade mais jovens, a partir dos 15 anos. Segundo o critério do censitário (ou do mínimo dos mínimos), os grupos de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos acusam respectivamente cerca de 1,7; 1,6 e 1,5 milhões de analfabetos, perfazendo os três grupos etários um total de 4,8 milhões de analfabetos. Porém, se aplicado o critério “menos de 4 anos de estudo”, esses números se elevam para mais que o dobro, passando respectivamente para 4,2; 3,3 e 3,4 milhões de analfabetos, perfazendo os três grupos de idade (15 a 29 anos) um total de aproximadamente 10,9 milhões de pessoas analfabetas do ponto de vista operacional.

UM MODELO DE DIAGNÓSTICO DA ALFABETIZAÇÃO E ESCOLARIDADE

Trabalhei acima com dois critérios de analfabetismo. No projeto *Alfabetização e escolarização de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos no Brasil* (Ferraro, 1999) desenvolvi um modelo de diagnóstico que compreende

quatro níveis de alfabetização/escolaridade. Neste caso, a perspectiva não é a do analfabetismo e critérios de sua aferição, mas a da alfabetização e níveis de sua realização. Os limites de espaço e tempo não permitem que desenvolva aqui esse modelo e apresente em detalhe os resultados do teste realizado. Limito-me à apresentação esquemática dos diferentes níveis de alfabetização/escolaridade que integram o modelo. Este toma como parâmetro uma população hipotética que tenha ingressado na escola aos 7 anos de idade, que tenha permanecido sem interrupção na escola e que tenha sido bem sucedida nos estudos, sem qualquer reprovação/repetência. Em tais condições, essa população: a) aos 8 anos de idade apresentaria 1 ano de estudo concluído, o que corresponde aproximadamente ao critério censitário “ler e escrever pelo menos um bilhete simples” e que denomino *Mínimo dos Mínimos* (nível MM); b) aos 11 anos teria 4 anos de estudo concluídos, o que denomino *Mínimo Operacional* (nível MO); c) aos 15 anos teria 8 anos de estudo concluídos, o que corresponde ao que chamo de *Mínimo Constitucional* (nível MC), e d) aos 18 anos de idade essa população já deveria somar 11 anos de estudo concluídos, o que corresponde à conclusão do segundo grau ou nível médio é denominado *Mínimo Ampliado* ou *Educação Básica* (nível MA e B).

Por mais irreal que possa parecer, esse modelo hipotético é útil justamente porque pode servir de parâmetro para se diagnosticar o quanto uma determinada população se aproxima ou se distancia dele. Infelizmente o IBGE costuma apresentar os dados sobre anos de estudos da população duplamente agrupados: por grupos de idade e por grupos de anos de estudo. Essa forma de apresentação dos dados inviabiliza a aplicação direta do modelo a partir dos dados sobre anos de estudo. Experimentei então a via indireta, na tentativa de construir estimativas confiáveis para o modelo, a partir dos dados sobre frequência à escola, utilizados para o diagnóstico da escolarização.² Reproduzo aqui de forma esquemática o modelo de diagnóstico, com as estimativas das taxas de realização de cada objetivo/nível em cada idade, obtidas por via indireta, a partir da tabela de frequência à escola. Arredondando, pode-se dizer que o nível MM é realizado por uma em cada duas pessoas de 8 anos; o nível MO, por uma em cada três pessoas de 11 anos; o nível MC, por uma em cada cinco pessoas de 15 anos, e o nível MA, por no mínimo uma em cada vinte e no máximo uma em cada dez pessoas de 18 anos. Tais dados revelam de forma dramática o fenômeno da exclusão escolar no Brasil, praticada principalmente via reprovação e repetência em massa, especialmente no início do processo de escolarização.

¹ Ver FERRARO, 1999, capítulo III.

Idade	Anos de estudo concluídos	Nível de alfabetização/ escolaridade	Taxas de realização (estimativas)
8 anos	1 ano	MM – Mínimo dos Mínimos	56,1%
11 anos	4 anos	MO – Mínimo Operacional	35,1%
15 anos	8 anos	MC – Mínimo Constitucional	17,9 a 20,0%
18 anos	11 anos	MA – Mínimo Ampliado	5,1 a 11,0%

O método e os resultados detalhados desse teste serão objeto de outro texto. Registro aqui a sugestão ao IBGE para que divulgue os dados sobre anos de estudo da população sem agrupamento por anos de estudo e, até os 19 anos, sem agrupamento por idade.

A DEGRINGOLADA NO SISTEMA ESCOLAR À LUZ DOS BEM SUCEDIDOS

A relação entre escola e analfabetismo ou escola e alfabetização pode ser estabelecida a partir do diagnóstico da escolarização, seja na perspectiva da exclusão, seja na da inclusão. Limito-me, aqui, a apresentar de forma muito sintética uma avaliação do processo de escolarização sob um dos aspectos mencionados, qual seja, o das taxas de sobrevivência à ação dos mecanismos de exclusão escolar.

Conforme defini em trabalhos anteriores (Ferraro, 1985, 1987 ...), a população dos incluídos ou integrados na escola é constituída pelas três categorias estatísticas definidas como “frequência levemente defasada” (um ano apenas de defasagem na relação série/idade), “frequência na série esperada” (7 anos na 1ª série, etc.) e “frequência antecipada” (6 anos na 1ª série, ...). Destacarei aqui os aspectos mais importantes da questão relativamente ao Brasil em 1996, na perspectiva dos bem sucedidos no processo escolar, conforme se pode ver na tabela 4. (ver no final do artigo)

a) No Brasil, em 1996, a frequência antecipada, que começa com uma taxa de 15,9% aos 7 anos (crianças de sete anos já cursando a 2ª. série), fica reduzida à metade aos 10 anos (7,9%), a menos de ¼ aos 14 anos (3,8%) e a menos de 1/10 aos 17 anos (1,5%). Como se a escola tivesse a missão de colocar no devido tempo os *apressadinhos* que ingressam na primeira série antes dos 7 anos!

b) Da mesma forma, a taxa de frequência na série esperada, que começa com 58,6% aos 7 anos, fica logo reduzida a menos de metade aos 11 anos (28,7%) e a tão somente 10,0% aos 17 anos.

c) Inclusive a frequência levemente defasada, que é da ordem de 29,9% aos 8 anos, cai para menos de metade desse valor aos 14 anos (14,5%) e a pouco menos de 1/3 (8,7%) aos 17 anos.

d) A *degringolada* que tem lugar no sistema de educação básica no Brasil pode ser melhor avaliada pelo exame conjunto das três categorias acima referidas. Com efeito, a soma das três categorias estatísticas (frequência antecipada, frequência na série esperada e frequência levemente defasada) que compõem a categoria analítica dos integrados ou incluídos (que estão dentro e fluem) no sistema escolar, a qual atinge 87,6% aos 7 anos e 86,0% aos 8 anos, fica logo reduzida a 55,3% aos 12 anos, caindo para 36,3% aos 14 anos e para apenas 20,1% aos 17 anos, o que significa que somente 1 em cada 5 adolescentes de 17 anos está integrado no sistema escolar no sentido acima delimitado, isto é, está no sistema escolar e flui dentro dele sem maiores tropeços.

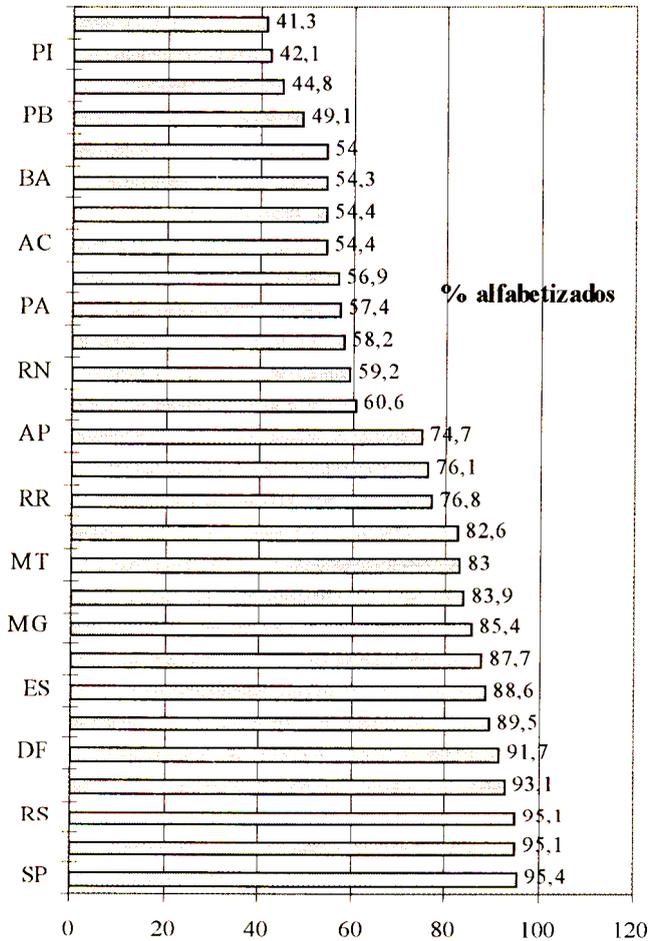
Obviamente, essa redução drástica e continuada dos índices de inclusão na escola com o avançar da idade resulta do andamento em sentido contrário dos índices de exclusão da escola e na escola, dimensão esta já amplamente analisada em outros textos (Por exemplo: Ferraro, 1987, 1990, 1997, 1999). Inclusão e exclusão são, pois, duas faces da mesma moeda.

Conforme demonstrei em outro lugar (Ferraro, 1999, tabelas 1.3 e 2.3), no período 1991/1996, o Brasil, ao mesmo tempo que reduziu significativamente as taxas de exclusão da escola (de não-frequência à escola) em toda a população de 5 a 17 anos, viu aumentarem, nos grupos de 8 anos e de 14 a 17 anos de idade, as taxas de exclusão na escola, resultantes seja da própria incorporação ao sistema escolar de adolescentes já fortemente defasados nos estudos, seja da intensificação das práticas de reprovação e repetência no período.

CONCLUSÃO

Certamente, a universalização da alfabetização e da escolarização pelo menos fundamental exigem muito mais do que o simples acesso à escola. Importa assegurar também a permanência continuada na escola e a solução do problema mais grave da escola brasileira, qual seja, o da exclusão praticada dentro da própria escola, resultante da reprovação e repetência em massa a que são submetidas as crianças e adolescentes desde a primeira série do ensino fundamental. É a lógica de seleção e exclusão, que historicamente tem regido o funcionamento da escola brasileira, que deve ceder lugar à lógica da universalização – do direito público subjetivo de todos à educação. O grande desafio é a transformação da escola brasileira, seletiva e excludente, na casa de todos.

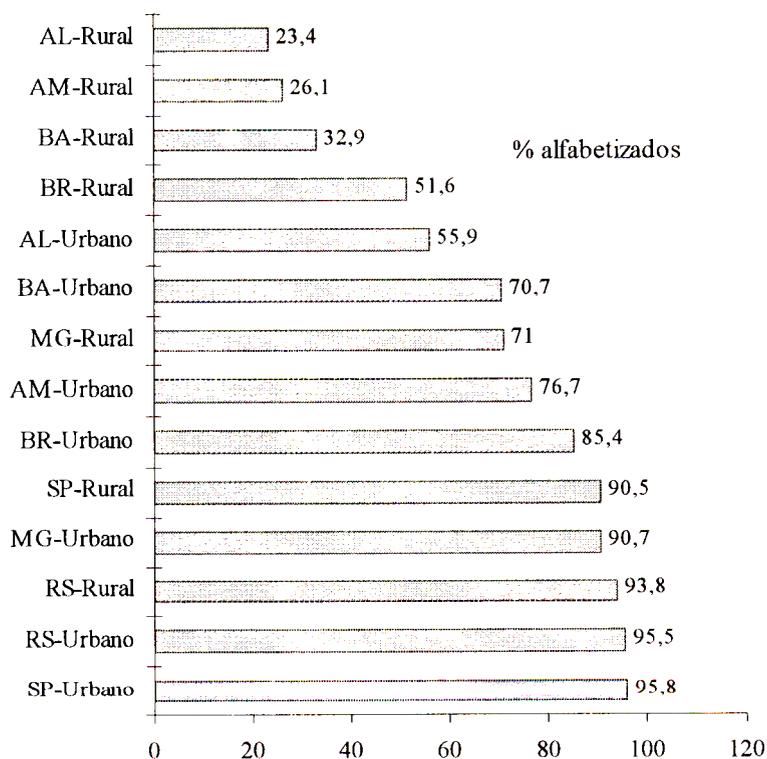
GRÁFICO 1. Taxas de alfabetização no Brasil entre as crianças de 10 anos de idade, segundo as unidades da federação - 1991



Fonte: IBGE, Censo demográfico - 1991.

Elaboração: Alceu R. Ferraro.

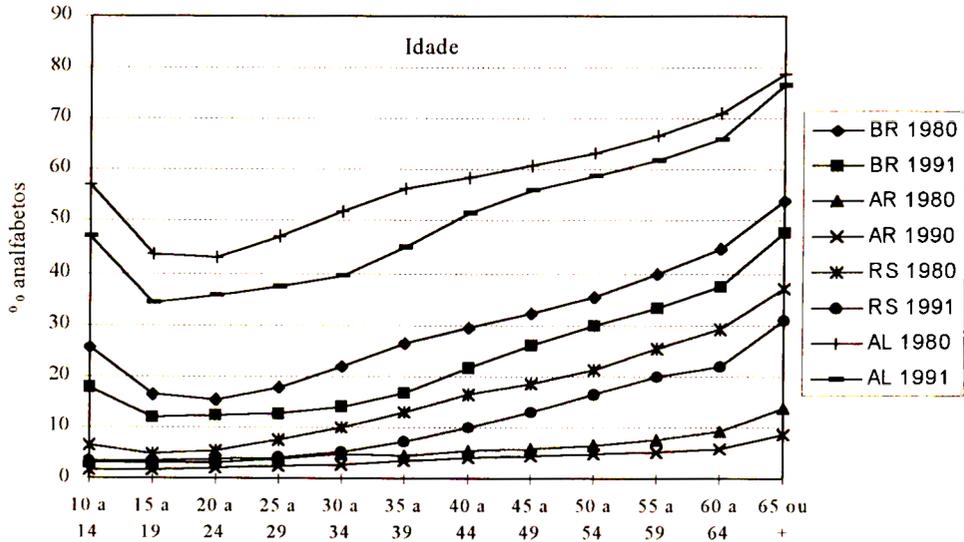
GRÁFICO 2. Taxas de alfabetização entre as crianças de 10 anos de idade, no Brasil e nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Amazonas, Bahia e Alagoas, segundo a situação do domicílio - 1991



Fonte: IBGE, Censo demográfico - 1991.

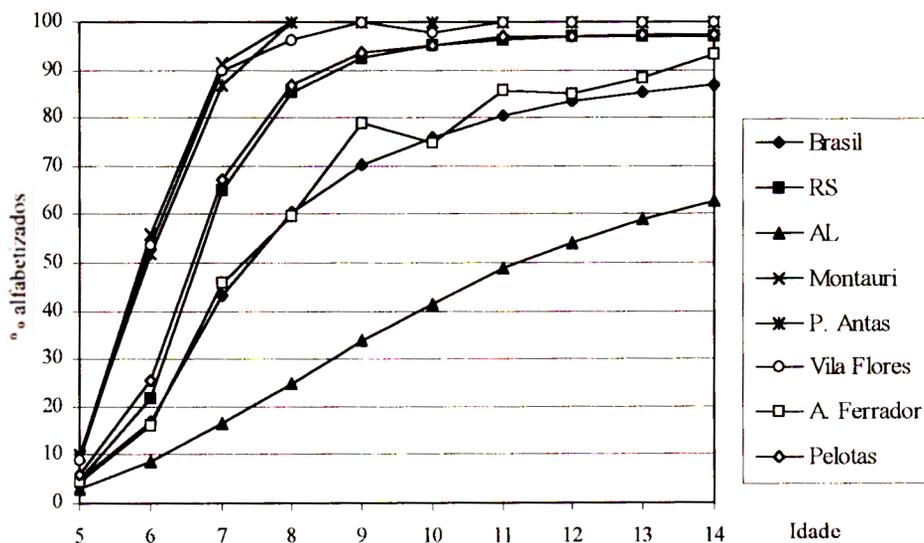
Elaboração: Alceu R. Ferraro.

GRÁFICO 3. Taxas de analfabetos entre as pessoas de 10 anos ou mais, no Brasil (BR), Argentina (AR) e estados do Rio Grande do Sul (RS) e Alagoas (AL), em 1980 e 1990/91, por grupos de idade



Fonte: IBGE, Censo demográfico, 1980 e 1991; ARGENTINA, INDEC, Censo Nacional de Población Y Vivienda; 1980; INDEC, Anuário Estadístico... 1994
Elaboração: Alceu R. Ferraro.

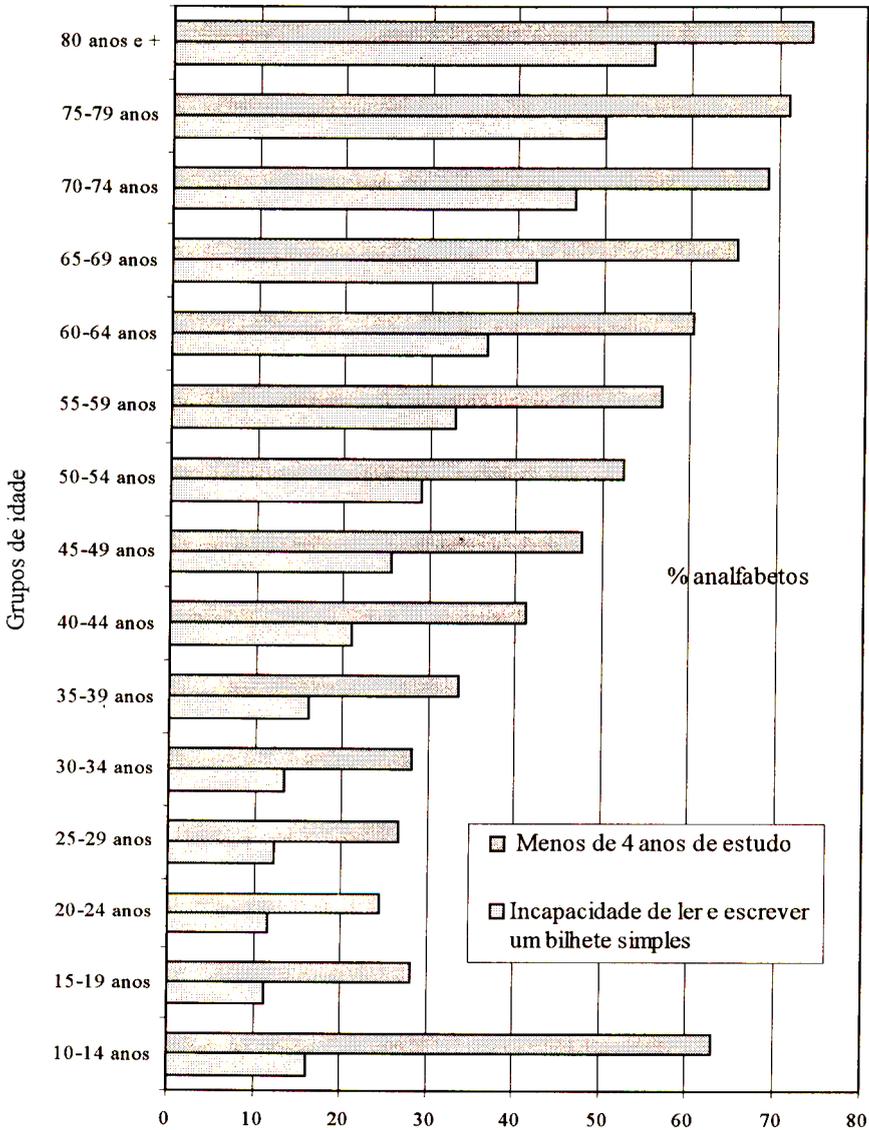
GRÁFICO 4. Taxas de alfabetização entre as pessoas de 5 a 14 anos, no Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul e Alagoas e em 5 municípios selecionados - 1991



Fonte: Tabela 1.

Elaboração: Alceu R. Ferraro.

GRÁFICO 5. Analfabetismo segundo os critérios “incapacidade de ler e escrever um bilhete simples” e “menos de 4 anos de estudo” por grupos de idade (Brasil, 1991)



Fonte: Tabela 3.

Elaboração: Alceu R. Ferraro.

TABELA 1. Taxas de alfabetização entre as pessoas de 5 a 14 anos, no Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul e Alagoas e em 5 municípios gaúchos selecionados, segundo a idade - 1991

Idade	Brasil	RS	AL	Montauri	P. Antas	Vila Flores	A. Ferrador	Pelotas
5 anos	5,0	4,8	3,0	9,7	10,0	8,9	4,5	6,2
6 anos	16,8	21,9	8,6	55,9	52,0	53,8	16,0	25,5
7 anos	43,3	65,1	16,5	91,3	86,7	90,0	45,7	67,4
8 anos	60,4	85,3	24,8	100,0	100,0	96,1	59,7	86,7
9 anos	70,4	92,3	33,8	100,0	100,0	100,0	78,9	93,6
10 anos	76,1	95,1	41,3	100,0	100,0	97,8	75,0	95,3
11 anos	80,4	96,4	48,9	100,0	100,0	100,0	85,8	97,0
12 anos	83,3	96,9	54,2	100,0	100,0	100,0	85,0	97,1
13 anos	85,5	97,0	59,1	100,0	100,0	100,0	88,3	97,3
14 anos	86,9	97,1	62,9	100,0	100,0	100,0	93,2	97,2

Fonte: IBGE, Censo demográfico - 1991.

Elaboração: Alceu R. Ferraro.

TABELA 2. Evolução do número de analfabetos no Brasil entre as pessoas de 5 anos ou mais, nos períodos 1970/80 e 1980/91, segundo os grupos de idade

Grupos de Idade	1970	1980	1991	1970/80	1980/91
7 anos	1 837 762	2 065 604	1 924 067	(+) 227 842	(+) 141 537
8 anos	1 368 585	1 536 774	1 407 450	(+) 168 189	(-) 129 324
9 anos	1 003 755	1 152 396	1 070 926	(+) 148 641	(-) 81 470
10 anos	998 082	1 049 585	861 609	(+) 51 503	(-) 187 976
11 anos	684 331	785 378	698 683	(+) 101 047	(-) 86 685
12 anos	713 265	719 898	567 918	(+) 6 633	(-) 151 980
13 anos	559 392	582 141	475 314	(+) 22 749	(-) 106 827
14 anos	536 866	539 446	418 795	(+) 2 580	(-) 120 651
15 anos	547 499	516 141	399 173	(-) 31 358	(-) 116 968
16 anos	510 581	487 607	386 322	(-) 22 974	(-) 101 285
17 anos	471 970	441 737	360 987	(-) 30 233	(-) 80 750
18 anos	536 120	425 190	351 951	(-) 110 930	(-) 73 239
19 anos	420 854	364 695	311 803	(-) 56 159	(-) 53 051
20 a 24 anos	2 199 723	1 799 071	1 652 047	(-) 400 652	(-) 147 024
25 a 29 anos	1 947 390	1 699 039	1 604 599	(-) 248 351	(-) 94.440
30 a 34 anos	1 772 124	1 683 251	1 544 418	(-) 88 873	(-) 138 833
35 a 39 anos	1 763 552	1 685 783	1 603 617	(-) 77 769	(-) 82.166
40 a 44 anos	1 682 965	1 694 856	1 710 705	(+) 11 891	(+) 15 849
45 a 49 anos	1 431 446	1 498 207	1 607 419	(+) 66 761	(+) 109 212
50 a 54 anos	1 310 994	1 453 185	1 543 669	(+) 142 191	(+) 90 484
55 a 59 anos	1 045 336	1 245 951	1 414 145	(+) 200 615	(+) 168 194
60 a 64 anos	900 760	1 089 299	1 355 242	(+) 188 539	(+) 265 943
65 a 69 anos	614 809	1 024 476	1 193 591	(+) 409 667	(+) 169 115
70 e + anos	943 667	1 540 498	2 193 551	(+) 596 831	(+) 653 053

Fonte: IBGE, Censo demográfico - 1970, 1980 e 1991.

Elaboração: Alceu R. Ferraro.

TABELA 3. Analfabetismo segundo os critérios "incapacidade de ler e escrever um bilhete simples" e menos de 4 anos de estudo, por grupos de idade. Brasil -1991

CRITÉRIOS DE ANALFABETISMO						
Grupos de idade	Incapacidade de ler e escrever um bilhete simples			Menos de 4 anos de estudo		
	Total	Nº analf.	% analf.	Total	Nº analf.	% analf.
Total 8 anos e +	120.046.735	23.668.703	19,7			
Total 10 anos e +	112.860.254	21.330.966	18,9	112.860.260	46.261.632	41,0
Total 15 anos e +	95.810.615	18.587.446	19,4	95.810.622	35.518.778	37,1
8 anos	3.562.766	1.328.421	37,3			
9 anos	3.623.715	1.009.316	27,9			
10 anos	3.596.026	777.033	21,6			
11 anos	3.559.822	637.050	17,9			
12 anos	3.394.626	513.988	15,1			
13 anos	3.296.088	434.320	13,2			
14 anos	3.203.077	381.129	11,9			
15 anos	3.173.970	365.112	11,5			
16 anos	3.095.904	357.266	11,5			
17 anos	2.978.651	334.415	11,2			
18 anos	2.964.249	331.210	11,2			
19 anos	2.799.735	294.975	10,5			
10 a 14 anos	17.049.639	2.743.520	16,1	17.049.638	10.742.854	63,0
15 a 19 anos	15.012.509	1.682.978	11,2	15.012.508	4.219.630	28,1
20 a 24 anos	13.558.380	1.574.270	11,6	13.558.381	3.330.856	24,6
25 a 29 anos	12.629.048	1.546.936	12,2	12.629.049	3.359.592	26,6
30 a 34 anos	11.061.079	1.479.427	13,4	11.061.080	3.110.878	28,1
35 a 39 anos	9.461.585	1.536.314	16,2	9.461.588	3.181.452	33,6
40 a 44 anos	7.844.599	1.657.051	21,1	7.844.598	3.228.925	41,2
45 a 49 anos	6.152.757	1.573.951	25,6	6.152.758	2.938.091	47,8
50 a 54 anos	5.165.184	1.504.906	29,1	5.165.184	2.707.542	52,4
55 a 59 anos	4.249.367	1.393.475	32,8	4.249.366	2.410.992	56,7
60 a 64 anos	3.636.497	1.328.434	36,5	3.636.498	2.199.877	60,5
65 a 69 anos	2.775.280	1.171.911	42,2	2.775.279	1.812.040	65,3
70 a 74 anos	1.882.595	880.012	46,7	1.882.597	1.292.597	68,8
75 a 79 anos	1.273.669	639.971	50,2	1.273.670	906.385	71,2
80 anos e +	1.108.066	617.810	55,8	1.108.066	817.014	73,7

Fonte: IBGE, Censo demográfico - 1991.

Elaboração: Alceu R. Ferraro.

TABELA 4. Taxas de analfabetismo entre as pessoas de 10 anos ou mais, no Brasil, na Argentina e nos estados do Rio Grande do Sul e Alagoas, em 1980 e 1990/91, por grupos de idade

Grupos de Idade	BR 1980	BR 1991	AR 1980	AR 1990	RS 1980	RS 1991	AL 1980	AL 1991
10 a 14	25,8	17,7	3,2	1,8	6,6	3,6	57	46,9
15 a 19	16,5	12,1	3	1,6	4,8	3,3	43,6	34,5
20 a 24	15,6	12,2	3,2	1,9	5,5	3,9	42,9	35,7
25 a 29	18	12,7	3,9	2,3	7,6	4,1	47,1	37,4
30 a 34	21,9	14	4,7	2,8	10	5	51,9	39,5
35 a 39	26,5	16,9	4,6	3,4	13,1	7,2	56,4	44,9
40 a 44	29,6	21,8	5,6	4	16,4	10	58,5	51,5
45 a 49	32,2	26,2	5,9	4,5	18,7	12,9	60,7	56,1
50 a 54	35,4	29,9	6,6	4,9	21,3	16,5	63,1	58,9
55 a 59	39,7	33,3	7,7	5,2	25,5	19,8	66,6	61,9
60 a 64	44,5	37,3	9,3	5,8	29,2	22	71,1	66
65 ou +	53,8	47,8	13,6	8,5	37,2	30,8	78,5	76,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980 e 1991; ARGENTINA, INEC, Censo Nacional de Población Y Vivienda 1980, e INDEC, Anuário Estadístico... 1994.

Elaboração: Alceu R. Ferraro.

TABELA 5. Distribuição percentual das pessoas de 5 a 17 anos, segundo categorias de inclusão e exclusão escolar, por idade (Bahia, 1996)

Categorias de inclusão/exclusão escolar	IDADE										
	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos
	Excluídos da escola										
I. Não-frequência	10,8	7,8	6,7	6,6	7,1	8,7	11,8	16,9	24,1	33,0	42,8
II. Frequência fortemente defasada	0,0	5,2	20,4	29,9	36,9	40,5	45,3	45,9	44,1	40,9	36,0
	Excluídos na escola										
III. Frequência levemente defasada	13,1	29,9	24,9	22,8	20,2	20,2	16,5	14,5	12,9	10,6	8,7
	Incluídos/integrados na escola										
IV. Frequência na série esperada	58,6	44,4	37,5	32,0	28,7	23,7	20,7	18,0	14,4	11,5	10,0
V. Frequência antecipada	15,9	11,7	9,7	7,9	6,4	5,8	4,8	3,8	3,5	3,0	1,5
VI. Outros*	1,6	1,0	0,8	0,8	0,7	1,1	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, Contagem da População, 1996.

Elaboração: Alceu R. Ferraro.

* A categoria "outros" inclui, aqui, além da não declaração de frequência, de grau e de série, também a alfabetização de adultos.

ABSTRACT

This paper presents some results of two researches on literacy and schooling, in Brazil and the State of Rio Grande do Sul, conducted in the last years with the support of CNPq. Comparative analysis have been developed, on the basis of two different criteria constructed with demographic census data. Theses analysis demonstrated very great inequalities in the literacy rates between states and municipalities, what becomes evident soon in the beginning of the schooling process. Usually, we apply illiteracy in relation to people of 15 or more years of age (UNESCO), or of 10 or more years of age. Having that in some municipalities the aim of 100% of literacy is already attained in the 8-years-age group, the research concludes that illiteracy should be taken into account much sooner – surely from the age of eight years. That means that educational policies must consider this fact. It is also proposed a model for the diagnosis of schooling, whose application needs a different form of presentation of the census data on the number of years of schooling of the population.

RÉSUMÉ

On présente ici quelques conclusions de deux recherches sur l'alphabétisations et la scolarisation dans l'Etat du Rio Grande do Sul et au Brésil. Ce sont recherches développées ces dernières années avec l'appui du CNPq, faisant des analyses comparatives à partir des données censitaires. La conclusion est l'inegalité d'alphabétisation entre les États et les gouvernementis locaux dès les débuts du processus scolaire. Contrairement aux indices d'analphabétisme mesurés à partir des individus ayant plus de 15 ans et étant donné que certaines mairies ont déjà un niveau de 100% de scolarisation à partir de 8 ans, la recherche suggérée dans les conclusions que l'analphabétisme doit être considéré à partir de cette âge. En de cette façon, il doit impliquer des changements dans les politiques d'éducation. Le texte propose aussi um modèle de diagnostic de l'alphabétisation ce qui impliquerait de changeuentes dans layprésentation des dornées statistiques sur les études populationeles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beisiegel, Celso (1997) "Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos" in *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 4, pp. 26-34, jan./abr.
- Campobassi, Carlos Alberto. *El analfabetismo en la Republica Argentina*. Série Estudos e Documentos n. 13. Ministério de Educación y Justicia. Centro Nacional de Documentación e Información Educativa (s.l. e s.d). 71p.
- Carvalho, José Carmelo Braz de; Kappel, Maria Dolores B. e Alves, Maria Isabel C. (1995) "Condições educacionais" in IBGE. *Indicadores sociais: uma análise da Década de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, pp. 283-296.
- Ferraro (Ferrari), Alceu R. (1985) "Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. Resultados preliminares". *Cadernos de Pesquisa*, n. 52, São Paulo, pp. 35-49, fev.
- _____. (1987) "Escola e produção do analfabetismo" in *Educação e Realidade*. v. 12, n. 2, Porto Alegre, pp. 81-96, jul./dez.
- _____. (1990) "Analfabetismo e ensino fundamental: situação atual, tendência histórica e perspectiva para os anos 90". *Seminário Internacional de Alfabetização e Educação*, Frederico Westphalen. *Anais...* Frederico Westphalen: FURI, pp. 31-51.
- _____. (1992) "Atendimento escolar básico: problemas de diagnóstico" in Ferrari, Alceu Ravello e outros. *Escola Básica*. Campinas: Cedes; São Paulo: Ande; ANPEd, Coletânea CBE, pp. 9-24.
- _____. (1993) "Jovens e adultos analfabetos no Rio Grande do Sul. Trabalho" apresentado no *II Seminário de Educação Fundamental de Jovens e Adultos*. Porto Alegre, 4 a 5 de novembro, 8 p. (Inédito)
- _____. (1991) "Analfabetismo no Rio Grande do Sul: sua produção e distribuição" in *Educação e Realidade*. v. 16, n. 1. Porto Alegre, pp. 3-30, jan./jun.
- _____. (1996) "Alfabetização e escolarização de crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul" in *Cadernos de Educação*, v. 5, n. 6. Pelotas, pp. 21-40, jun.
- _____. (1997) *Diagnóstico da alfabetização e escolarização no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: abril de. 40 p., mais 16 tabelas e 12 gráficos. (Relatório para o CNPq).
- _____. (1998). "Analfabetismo no Rio Grande do Sul: crianças e adolescentes" in *Cadernos de Educação*, n. 10. Pelotas/RS, pp. 5-38, jun./jun.
- _____. (1999) *Alfabetização e escolarização no Brasil. Um diagnóstico*. Porto Alegre, abril. (Relatório CNPq. 45p + tabelas e gráficos).
- IBGE. *Censo Demográfico, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991*.
- _____. *Contagem da População 1996*. (Vol. I e II e CD I e II).
- Konzen, Afonso Armando. (1995) "A educação é Direito" in *Seminário Estadual "Projeto o Direito é Aprender"*, Porto Alegre. *Caderno de Textos*. Porto Alegre: FAMURS/AJURIS/MPRGS e Brasília: UNICEF, pp. 12-16, nov. 1995.
- Llomovate, Silvia. (1989) *Analfabetismo y analfabetos en Argentina*. Buenos Aires: Mino Y Davila, Cuadernos FLACSO.
- Pólturzicki, Józef. (1987). "Être alphabétisé et le rester: l'expérience polonaise" in *Perspectives*, v. XVII, n. 2. Paris, pp. 287-295.
- Torres, Rosa Maria. (1990). "Analfabetismo y alfabetización en América Latina y Caribe: entre la inercia y la ruptura" in *Perspectives*, v. XX, n. 4. Paris, p. 518.
- Unesco. (1953) *L'analphabétisme dans divers pays. Étude statistique préliminaire sur la base des recensements effectués depuis 1900*. Paris: Unesco.